

## O (des) gosto pela política

Homero de Oliveira Costa

Jornal de Hoje 12.09.2008

Em tempos de eleição talvez seja útil fazer referência a um artigo de Maria Francisco Pinheiro publicado no livro “Política e valores” (Editora UNB, 2000) intitulado “O gosto pela política”, que foi resultado de uma pesquisa realizada em Brasília e comparada a um survey nacional aplicado em 108 cidades e 23 estados.

Os temas pesquisados foram o apreço pela política, o desgosto com os políticos, a percepção das instituições políticas, o espaço das leis, as visões do regime político e o que ela chamou de “esperança no futuro”.

Dois autores servem como referência para a parte inicial do artigo: Hannah Arendt e Jürgen Habermas. No caso de Hannah, filósofa judia alemã (1906-1975), como destaca Francisco Pinheiro, a política se remete a Polis e, portanto, a esfera pública. Esta deve ser o espaço da igualdade na pluralidade, ou seja, política se remete a ação plural entre os homens e base para a constituição da esfera pública é a igualdade na pluralidade. O sentido da política é, assim, a liberdade, o espaço da persuasão e do acordo.

No entanto, ao indagar a respeito do sentido da política (em “A dignidade da política”) Hannah Arendt se refere às experiências totalitárias no século XX , resultado das “experiências muito reais que tivemos na política”, ou seja, do desastre que a política já provocou em nosso século e pelo desastre ainda maior que dela ameaça resultar. Por isso, diz ela “nossa questão soa de um modo muito mais radical, mais agressivo e também mais desesperado: será que a política ainda tem de algum modo um sentido?”

As experiências das sociedades totalitárias (ver “As origens do totalitarismo”) mostram que nelas não há liberdade alguma, o que coloca em xeque a relação da política com a liberdade. A experiência totalitária aniquila a esfera pública. Se o sentido da política é a liberdade, como diz Hannah Arendt, e se não há liberdade no totalitarismo, não há como conciliar uma coisa com a outra.

Outro aspecto relevante diz respeito ao que Hannah chama de “desenvolvimento monstruoso das modernas possibilidades de aniquilação”, cujo monopólio é detido pelos Estados que, sem ele, nunca teriam se desenvolvido e no qual é no âmbito político que essas possibilidades podem ser empregadas. No entanto, parece não haver alternativas fora da política, ou seja, a saída está na própria política.

Quanto ao filósofo e sociólogo alemão Jürgen Habermas (1929), Maria Francisca analisa alguns aspectos de suas concepções sobre a política, especialmente na teoria da Ação Comunicativa. Nela, o autor distingue as ações sociais de acordo com sua orientação: ação instrumental e estratégica (orientadas ao êxito) e a Ação Comunicativa (orientada ao entendimento), na qual se encontra a atividade política

Assim, o gostar da política está relacionado ao agir comunicativo nos espaços públicos informais e autônomos e o não gostar, como resultado da avaliação do tipo de ação predominante nas instituições políticas. Para a autora “na atividade política, a ação visando ao entendimento nem sempre é possível em função da competição estratégica pelo poder”. Em Habermas, ao contrário de Hannah, o espaço da política não é o da persuasão e acordo, mas das relações de dominação.

Aplicado ao caso do Brasil, o espaço ocupado pela política, na visão dos cidadãos, não é confiável. A maioria não gosta dos políticos, desconfiam do parlamento (apenas 7% confiam no legislativo) e observa-se uma tendência de identificar POLÍTICA com ação do Estado. Contudo, como salienta a autora, há uma grande diferença entre POLITICA como atividade profissional e a POLÍTICA como aquilo que se refere a polis.

Em relação aos resultados da pesquisa, revelou-se que o brasileiro não se sente representado, nem se identifica com o Estado e que a escolaridade aparece como sendo o mais representativo para o estudo do comportamento político: o gosto pela política aumenta com o nível de instrução.

Quando indagados sobre o que é a política, a maioria (85%) a compreende como o espaço que deveria ser o do bem comum e o da garantia das liberdades. E quanto ao fato de votar nas eleições, a maioria não votaria se o voto não fosse obrigatório

A pesquisa constata um acentuado desgosto com os políticos (relacionado com a falta de confiança); desconfiança com a justiça e enquanto os de maior grau de instrução defende a democracia, os de menor escolaridade defendem um regime forte “como alternativa em momentos de crise”.

Um das explicações talvez plausíveis para esta desconfiança generalizada encontram-se no (grande) livro “Os donos do Poder” de Raimundo Faoro, que mostra entre outros aspectos, como as instituições políticas no Brasil atendem aos interesses patrimoniais e agem ou são percebidos como tais, ou seja, como mera extensão dos interesses privados, havendo o que ele chama de privatização do Estado e suas instituições. Sua democratização, portanto, é fundamental para que haja confiança na medida em que o Estado se coloca como expressão dos interesses gerais da sociedade.

Homero Costa é professor do Departamento de Ciências Sociais da UFRN  
[http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/homero\\_costa/index.html](http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/homero_costa/index.html)



[www.dhnet.org.br](http://www.dhnet.org.br)